

ALGUNS ASPECTOS DA SINTAXE PORTUGUESA: UMA LEITURA CRÍTICA DA GRAMÁTICA TRADICIONAL

(* Walter Rossignoli)

Resumo: Com base em modernas interpretações da sintaxe portuguesa, o presente estudo registra uma leitura crítica do modelo tradicional de análise sintática, procedendo a um levantamento de alguns problemas atinentes à análise de termos e de orações em língua portuguesa. Visando a uma pequena contribuição didática, sobretudo aos estudantes de Letras, ao longo do texto são propostos alguns exercícios, para os quais se apresentam sugestões de repostas.

Palavras-chave: sintaxe portuguesa; gramática tradicional.

Abstract: Based on the modern interpretations of the syntax of the Portuguese language, the present study offers a critical reading of the traditional model of syntactic analysis, proceeding to a cataloguing of some of the more important problems in relationship to the analysis of terms and sentences in Portuguese. Trying to offer a little didactic contribution, above all to the students of Portuguese at university level, throughout the text some exercises are offered which present suggestions of an answer.

Key words: syntax of the Portuguese language, traditional grammar.

Introdução

O presente texto contém algumas reflexões sobre o discurso gramatical ortodoxo no âmbito da sintaxe portuguesa. Metodologicamente, fez-se a leitura de alguns tópicos de sintaxe estampados em gramáticas da língua portuguesa e procurou-se confrontá-los com teorias linguísticas mais modernas. Não se quer, obviamente, com as críticas registradas, preterir a relevância da gramática tradicional, que, sem dúvida, proporciona importante instrumental de análise a partir do qual se podem encaminhar novas interpretações para os fenômenos da linguagem. Sintaxe, pragmática e morfologia

Para os gramáticos de um modo geral, a sintaxe se ocupa das relações entre palavras na oração e das orações no período. Esse entendimento desconsidera o relacionamento entre sintagmas para formar orações e pretere um aspecto muito importante: o da criatividade linguística, na produção e interpretação das sentenças da língua. São as regras de sintaxe que, naturalmente, permitem ao falante produzir um sem-número de sentenças e ao interlocutor decodificá-las, independentemente de as mesmas serem inéditas. Atento a esse aspecto, Azeredo preceitua que sintaxe é “a parte do sistema da língua que permite criar e interpretar frases” (1), numa definição por ele considerada provisória, uma vez que o autor vai ainda trabalhar com o conceito de pragmática para demonstrar que a criação e decodificação de sentenças pode exigir mais do que o simples conhecimento das regras de combinação do sistema linguístico. Exemplifiquemos a questão da decodificação. A pergunta você tem horas?, o falante não aguarda o simples gesto ou resposta afirmativa, sem a subsequente informação das horas. O enunciador está culturalmente motivado para perguntar dessa forma e aguardar a resposta esclarecedora. Você tem horas? equivale pragmaticamente a que horas são?. A interpretação pragmática leva em conta a contextualização e não os aspectos lexicais e sintáticos.

Talvez seja importante também comentar a distinção entre estudos morfológicos e sintáticos. As gramáticas tradicionais registram os tópicos de morfologia e os de sintaxe, sem a preocupação de analisar se realmente é cabível essa dicotomia. Na verdade, parece pertinente a separação entre morfologia e sintaxe, embora se reconheçam relações sintáticas no interior do próprio vocábulo. Os elementos componentes da estrutura vocabular são internamente estáveis, ou seja, têm distribuição fixa, não sendo facultada qualquer inversão da ordem ou intercalação de elementos, o que não ocorre quando os vocábulos passam a formar sintagmas e, posteriormente, orações. Ainda, segundo essa concepção, o “ineditismo” da sentença não é percebido, pois uma mesma estrutura permite a produção de infinitas sentenças, mas o mesmo não ocorre quando se trata de produções lexicais neológicas, que podem, muitas vezes, causar estranheza, pois o léxico é, em princípio, entendido como um estoque de itens memorizáveis. A liberdade combinatória é, portanto, muito mais evidente nos domínios da sintaxe.

Como temos o fito de produzir algo prático, vamos formular alguns exercícios ao longo do presente texto, registrando sempre uma sugestão de resposta.

Quanto ao aspecto criativo facultado pela sintaxe da língua, propomos os seguintes enunciados:

a) “O dinheiro que minha tia me emprestou era para pagar o colégio, cuja mensalidade estava atrasada, mas eu acabei comprando um par de tênis.”

b) “A diretora contratou um paredeiro para consertar os muros da escola.”

A partir dos dois enunciados acima, pergunta-se: a) O primeiro período é uma construção inédita?

b) Existe nos enunciados algum item léxico que cause estranheza? (Comentário: As regras de sintaxe permitem aos falantes montar frases que podem ou não ser inéditas, até porque se armazenam as estruturas e não as frases; na segunda construção, a expressão “paredeiro” causa estranheza porque já existe no léxico “pedreiro” que cumpre idêntica função; a forma pré-existente bloqueia a forma neológica. Talvez fosse interessante salientar que se armazenam itens léxicos e não sentenças, razão principal de o primeiro enunciado, embora longo, não causar qualquer estranheza).

Quanto ao aspecto pragmático da linguagem, propõe-se:

Dentro de um elevador, em uma dia com temperatura de 40° , registrou-se o seguinte diálogo entre dois usuários:

Usuário I (descontraído) % Está fazendo um calor insuportável, hein?!

Usuário II (irritado) % Não, amigo, está um frio danado!

Como o usuário II interpretou a mensagem a recebida? Na realidade qual era a intenção do usuário I? Justifique-se, tomando por base as noções de pragmática e de sintaxe. (Comentário: Ambos os usuários estruturam sintaticamente seus discursos; acontece que o segundo julga a afirmação do primeiro óbvia e responde de forma irônica e grosseira. Na verdade, a sentença produzida pelo primeiro tinha o valor pragmático de romper o silêncio, o que não foi observado pelo interlocutor. A situação ilustra que o significado pode extrapolar o próprio discurso, sendo processado pragmaticamente).

A conceituação de sujeito

As gramáticas costumam conceituar sujeito como o termo da oração a respeito do qual damos alguma informação. Trata-se, na verdade, de uma conceituação das mais problemáticas, motivando, muitas vezes, as mais arrasadoras críticas ao modelo tradicional. Um simples enunciado como O leão feriu o caçador coloca em xeque essa conceituação, pois se dá uma informação sobre o sujeito e sobre o objeto. Na verdade, essa conceituação de sujeito, que sobreviveu aos séculos, remonta à lógica clássica. Aristóteles distinguia conceitos (ser, ação etc.) de juízos (associação predicativa de conceitos). Na primeira noção, está a base dos estudos sobre classes de palavras e, na segunda, a fundamentação dos estudos sintáticos. “A associação de dois conceitos só constitui uma proposição [...] quando entre eles se estabelece uma relação tal que um afirma ou nega algo a respeito do outro.” (2) Na proposição, o termo objeto da declaração é o sujeito e o que se diz dele chama-se predicado. Frise-se que, em lógica, proposição é qualquer enunciado declarativo; a gramática, contudo, encampou os termos e “passou a chamar sujeito e predicado às partes fundamentais de qualquer construção centrada no verbo, fosse ou não proposição” (3) . Sob esse aspecto, o teste da pergunta quem / o que ao sintagma verbal, prescrito por Mateus para se encontrar o sujeito, encontra na análise lógica as suas raízes e, como reconhece a autora, só se aplica a sentenças declarativas. (4) Perini, por sua vez, demonstra, com pequeno “corpus”, que pode existir uma dissintonia entre o conceito e os termos normalmente indicados como sujeito. Assim, numa construção como Em janeiro, chove muito em São Paulo, reconhece-se a inexistência de um sujeito, embora se declare algo a propósito do mês de janeiro ou mesmo da cidade de São Paulo. Perini enfatiza que um usuário da língua, com instrução gramatical, é capaz de conceituar sujeito e identificá-lo em sentenças, embora a conceituação tenha muito pouca serventia. Na sua opinião, há um descompasso entre a teoria gramatical explícita e a implícita. Segundo ele, implicitamente, o que se faz, para encontrar o sujeito, é procurar o termo “com o qual o verbo concorda”. (5) A concordância como referencial básico para identificação do sujeito parece-nos um critério formal afinado com uma perspectiva essencialmente normativista e, sob esse aspecto, não contempla a mudança linguística e a eventualidade de registros nos quais a concordância é irrelevante. Para Perini, teria sujeito uma oração como Já está (sic) chegando os resultados da pesquisa?

Azeredo, num enfoque estruturalista, enfatiza que sujeito “é o sintagma nominal que constitui imediatamente a oração, não importando se é agente, paciente ou instrumento do verbo” (6), interpretação que reputamos mais abrangente e segura. Dessa interpretação, pode-se concluir, por exemplo, que a noção de sujeito indeterminado, tão cara às gramáticas, é um desperdício descritivo. Em, por exemplo, Cometeram um crime, não é economicamente descritivo o levantamento do sujeito, pois a questão da indeterminação é semântica e não sintática. Por que não se fala em agente da passiva, objetos ou adjuntos adverbiais indeterminados? (7) De nossa parte, entendemos que o mesmo raciocínio deva-se aplicar às consideradas orações sem sujeito: é desperdício descritivo identificá-las. Esse privilégio da doutrina gramatical para o sujeito - repetimos - remonta à lógica clássica, mas nem mesmo sobre o papel de termo regente exercido pelo sujeito há unanimidade entre os linguistas. Carone, por exemplo, entende que o verbo é termo regente e o sujeito regido, o que explicaria a interpretação das orações subjetivas como subordinadas. (8) A posição defendida por Azeredo também dirime o desconforto teórico de chamar subordinada à oração que desempenha a função de sujeito. Para ele, tanto sujeito quanto o predicado são termos subordinados à oração ou mesmo ao período, que ocupam uma posição superior na estruturação sintagmática. Assim considerando, o objeto, por exemplo, não seria subordinado ao verbo, mas ao sintagma verbal de que faz parte. (9)

Vamos, agora, a um exercício sobre o assunto, desta vez de múltipla escolha.

Considerando a posição da gramática tradicional de que o sujeito é o termo sobre o qual se faz uma declaração, só não exercerá essa função o termo grifado na seguinte alternativa: a) Quem pode atirar a primeira pedra? b) Renato visitou Francisco. c) Esse trabalho eu não vou fazer. d) Em Juiz de Fora, tem feito muito calor. e) A bola o goleiro pegou em cima

da linha. (Comentário: Espera-se como resposta a letra “a”, que, curiosamente, é a única em que o termo destacado funciona como sujeito, entretanto não é o termo sobre o qual se faz declaração, até porque se trata de uma sentença interrogativa. Nos demais casos, os termos destacados não funcionam como sujeito, embora estejam afinados com o conceito tradicional).

A compartimentação dos termos

Tomando como parâmetro a NGB, as gramáticas dividem os termos da oração em essenciais, integrantes e acessórios. Registram-se, entretanto, situações que relativizam a validade dessa distribuição. O entendimento, por exemplo, de que sujeito é termo essencial não resiste à evidência de que existem orações sem sujeito. Para a gramática tradicional, termo acessório é aquele que não é fundamental, tendo por função o acréscimo de informações secundárias tanto aos nomes quanto aos verbos. Não se pode dizer, contudo, que os adjuntos adnominais ou adverbiais grifados nos exemplos seguintes registrem informações secundárias, embora sejam considerados acessórios pela nomenclatura oficial:

Tyson mordeu a orelha de Hollyfield.

Roberto Carlos tem um potente chute.

Na luta com meu adversário, quebrei o braço dele.

Gosto muito de morar em Juiz de Fora.

Nas férias vou ao Rio de Janeiro .

Citando exemplificação de Celso Cunha, Azeredo manifesta perplexidade ao observar que em Estive com Pedro (adjunto adverbial) e Concordo com você (objeto indireto), o gramático considera acessório o termo obrigatório e integrante, o facultativo. (10)

Essa subclassificação semântica dos termos é desconsiderada por Azeredo, pelas impropriedades que acabamos de expor. Um projeto de reformulação da Nomenclatura oficial haverá de considerar - pensamos - apenas um rol de termos, sem essa problemática subcategorização semântica.

O pronome oblíquo com valor de possessivo

Há um entendimento, em muitos gramáticos, de que o pronome oblíquo com valor de possessivo desempenha a função de adjunto adnominal. Comparem-se Roubaram-me os documentos com Roubaram os meus documentos. Quanto a esse aspecto, vale lembrar que o pronome oblíquo mantém uma relação semântica com o objeto e uma relação sintática com verbo. O adjunto adnominal funciona como determinante do núcleo de um sintagma o que não ocorre na exemplificação, pois o pronome oblíquo, isoladamente, constitui um sintagma subordinado ao sintagma verbal. Melhor seria, portanto, classificá-lo como objeto indireto.

Adjunto adnominal e complemento nominal

A distinção entre adjunto e complemento nominal regidos pela preposição “de” tem sido constantemente enfatizada pelas gramáticas. De nossa parte, estamos inclinados a considerar que essa distinção é meramente semântica e, em termos funcionais, a classificação como adjunto adnominal seria cabível em ambas as situações, independentemente do sentido. Se não vejamos. Comparemos os enunciados: “A escalção do time compete ao treinador” e “A escalção do Zagalo é sempre muito criteriosa”, (num contexto em que estivéssemos elogiando o zelo do treinador na escolha de nossos atletas). A visão gramatical ortodoxa interpreta os grifos, respectivamente, como complemento nominal e adjunto adnominal, respectivamente. Azeredo defende que em ambas as situações ocorre adjunto adnominal. Distingue o autor entre unidades categoriais, os sintagmas, e unidades funcionais, os termos da oração. Entre as características de um sintagma destaca-se a sua redução a uma única unidade e a sua mobilidade. Assim, em “Eles finalmente encontraram a felicidade”, o destaque representa um sintagma, que, além de ser substituído por um pronome oblíquo ou demonstrativo, tem mobilidade no período. O mesmo sintagma ocorre em “A felicidade é dádiva dos céus”. As funções sintáticas é que são diferentes, ou seja, objeto e sujeito, respectivamente. Ora, nas duas situações inicialmente propostas, ocorrem sintagmas nominais (reduzíveis a “sua” por exemplo), determinando o núcleo da função sujeito. O sentido ativo ou passivo é apenas uma particularidade semântica, como pode ocorrer, por exemplo, com sujeito de uma oração. (11). A possibilidade de permuta dos sintagmas assinalados por sua denuncia, também, que se trata de adjuntos adnominais. Também não caberia, como querem alguns, a identificação de “cuja” como complemento nominal em um período como “Na estrada cujo asfaltamento está sendo providenciado” ainda transitam carroças (cujo asfaltamento = asfaltamento da estrada) pelas mesmas razões expostas.

Subjacente a essa distinção entre adjunto e complemento nominal parece estar também o entendimento de que expressões preposicionadas que denotam o paciente, o receptor da ação expressa pelo substantivo antecedente não formam locução adjetiva. Em “O programa de capacitação de professores estará sendo implantado brevemente pelo governo” e “Gilse fará

um tratamento de dentes”, observa-se que as expressões grifadas têm nítido sentido passivo e podem ser substituídas por adjetivos, que funcionalmente são adjuntos adnominais. Parece-nos cabível concluir, portanto, que é preciso aperfeiçoar a própria conceituação de adjetivo e locução adjetiva, contemplando a possibilidade de indicarem o paciente da ação expressa pelo substantivo e, conseqüentemente, eliminando-se a “distinção sintática” entre adjunto e complemento nominal nessas situações.

Na formulação de exercícios, acreditamos que fosse importante a elaboração de enunciados ambíguos que propiciassem uma dissertação sobre as razões do duplo sentido. Reproduzindo Savioli (12) propomos uma atividade.

Explique a ambigüidade do seguinte enunciado: “As notícias do repórter deixaram a população estarelecida.” (Comentário: Inicialmente, deve-se admitir que o repórter tenha transmitido informações que causaram estarelecimento na população; por outro lado, é também possível que tenham sido transmitidas notícias estareledoras sobre o repórter).

A questão da subordinação semântica

Segundo o enfoque de nossos gramáticos, em um período composto por coordenação, as orações são independentes, ou seja, apresentam estrutura sintática completa, de sorte que uma oração jamais funcione como termo de outra. Ainda, segundo o enfoque tradicional, existe um relação de dependência entre as orações no chamado período composto por subordinação, interpretando-se como oração principal aquela que possui um de seus termos em forma de oração, enquanto que a subordinada é aquela que completa ou amplia o sentido da sua principal. As nossas gramáticas do português apresentam, por exemplo, as orações de sentido explicativo como coordenadas. Não esclarecem, contudo, se orações de sentido causal poderiam ocorrer em períodos com estrutura coordenada.

Costuma-se demonstrar essa possibilidade com a exposição de Othon Moacir Garcia, que enfatiza, em certos enunciados, a existência de uma coordenação gramatical, a que se agrega uma subordinação psicológica. Em A rua estava muito molhada; tinha chovido a cântaros, existe uma relação de causa e efeito entre as orações, o que também ficaria evidente se o elemento coesor estivesse patente. No nosso entendimento, esposando a tese de José Carlos Azeredo, o conceito de subordinação psicológica pode até ser útil como subsídio à interpretação de mensagens, mas é um complicador analítico. Assim, em Maria limpava a cozinha, e a irmã assistia à televisão, estamos diante de uma estrutura de proposições coordenadas, apresentando a segunda oração, além do valor aditivo, uma idéia de simultaneidade, sendo a oração parafraseada em Maria limpava a cozinha enquanto a irmã assistia à televisão, esta sim uma estrutura subordinada, ao passo que em nos dois exemplos iniciais observam-se casos típicos de coordenação.

Azeredo procura ainda enfatizar que a subordinação semântica observável entre as orações introduzidas pela conjunção “e” pode ser percebida por implicações ou motivações culturais ficando, portanto, evidente que a idéia de contraste estabelecida por orações aditivas, por exemplo, não está na conjunção, mas no conteúdo semântico da própria oração. Em Fui a Roma e não vi o Papa, o caráter adversativo da segunda oração não se estampa na conjunção mas na oração “não vi o Papa”, pois, para nossa cultura cristã ocidental, consagrou-se como importante “ir a Roma e ver o Papa”. O “e”, indiferente aos matizes semânticos da oração, apenas estabelece a ligação aditiva. Gramáticos anteriores à NGB, ao considerar a conjunção “e” como aproximativa, intuíram de forma mais aguçada o problema. (13)

Vamos, então, à proposição de um exercício. A conjunção aditiva “e” tem a propriedade de aproximar orações que semanticamente podem se equivaler ou apresentar matizes distintos. Crie alguns contextos em que as duas situações ocorrem. (Comentário: Em, por exemplo, Juliano joga futebol e pratica alpinismo e Lucinha estuda pela manhã e trabalha à tarde, parece haver a simples aproximação de idéias correlatas; por outro lado, em Edmundo jogou muito bem e a seleção não venceu e O atleta jogou maravilhosamente bem e saiu de campo aplaudido, a conjunção aditiva antecede orações de valor adversativo e conclusivo, respectivamente.)

Oração coordenada e anáfora

A interpretação de que a conjunção coordenativa é apenas um elemento de permeio, não pertencendo à segunda oração, parece corroborar de forma categórica o princípio de que na coordenação não pode haver inversão das orações. Carone, entretanto, apresenta farta argumentação em que procura demonstrar exatamente o contrário. Procurando contestar Tesnière, para quem a conjunção coordenativa não pertenceria a nenhuma das duas orações e citando Bally, a autora enfatiza que “um termo da segunda coordenada (expressão nossa) está predestinado a tornar-se conjunção quando ele contém um representante da primeira coordenada (expressão também nossa).” (14) Veja-se que, por exemplo, em Ele se esforçou muito, apesar disso não logrou êxito, o demonstrativo retoma anaforicamente a primeira oração. Como se vê, a expressão “apesar disso” subordina-se ao sintagma verbal da segunda oração, ao mesmo tempo em que estabelece uma conexão oracional. Pode-se dizer que essa expressão está na fronteira entre o advérbio e o conectivo e tende a se esvaziar como modificador. Esse foi o caminho de “portanto”, “no entanto”, “todavia” etc. Esse argumento tem o mérito de esclarecer a gênese de algumas conjunções e de relativizar a idéia de que elas pertencem a um sistema fechado. Assim, no português moderno, entre outras, além disso, apesar disso, em vez disso, pelo contrário, ao contrário etc. estão numa faixa de transição entre advérbios e conectores, tendendo a se cristalizar como conjunções. Tentemos, agora, a proposição de um exercício.

“Gastou toda a mesada em festas, porisso perdeu a confiança dos pais.” A grafia “porisso” não atende às normas ortográficas, mas é possível que se cristalice. Justifique-se. (Comentário: A expressão “por isso” tende a se cristalizar como conjunção; veja-se que ela tem, no contexto, valor adverbial, mas retoma anaforicamente a oração anterior. Quando se grafia “porisso”, na verdade, já se está fazendo uma interpretação do elemento como conectivo, a exemplo de “portanto”; sob esse aspecto “porisso” é mais coerente.)

Termo composto e coordenadas subjacentes

Abordaremos ainda alguns outros aspectos sobre a coordenação. Tesnière (15) vê na oração que contém um termo composto o resultado da soma de duas outras. O jovem comprou um carro e O jovem comprou uma moto, somados, resultariam O jovem comprou um carro e uma moto. Com Carone, vemos nesse ponto de vista um interessante recurso para a interpretação de uma aparente coordenação de termos com funções diversas, o que estaria contrariando o postulado básico da coordenação. Em “Peguei da imagem que enchia minha alma, e enchi com ela a vida, onde outrora ocupava tão pouco espaço e por tão pouco tempo (Machado de Assis)”, na verdade, só aparentemente, objeto e adjunto estão coordenados, pois, na última oração, percebe-se, elipticamente, parte da anterior: ...onde outrora ocupava tão pouco espaço e (onde outrora ocupava tão pouco espaço) por tão pouco tempo. Tentemos a formulação de situações parecidas:

Ele foi honesto mas por pouco tempo (=Ele foi honesto mas (foi honesto) por pouco tempo).

Teve uma vida que lhe deu amores mas a um alto custo (= Teve uma vida que lhe deu amores mas (que lhe deu amores) a um alto custo). Ele vendeu a casa e por um preço muito baixo! (= Ele vendeu a casa e (vendeu a casa) por um preço muito baixo).

Carone, após analisar o exemplo de Machado, inicialmente citado, fala na “coordenação de um objeto direto com um adjunto adverbial resultante da supressão de um longo segmento na segunda coordenada”. (16) Preferiríamos, entretanto, nos valer da proposta de Tesnière para o resgate dos elementos elípticos e posterior procedimento convencional de análise, o que, evidentemente, demonstraria que só aparentemente existe uma coordenação de sintagmas com diferentes funções sintáticas.

Essa interpretação de que subjazem ao termo composto duas orações é, contudo, extremamente redutora. Citemos duas situações, apontadas por Carone, que funcionam como contra-exemplo. “A preposição ‘entre’ cria um problema insolúvel para a busca das orações originais porque tem, necessariamente, a marca da dualidade.” (17) É evidente que em Existe uma amizade entre Renato e Antônio a estrutura superficial não resulta da soma de *Existe uma amizade entre Renato e *Existe uma amizade entre Antônio.

Outro caso curioso citado por Carone é o de situações que encerram ambigüidade. Assim, vejamos as construções:

Ela usa blusas de lã. / Ela usa blusas de algodão.

Ela usa blusas de lã e de algodão.

Ela usa blusas de lã e algodão.

É evidente que, no primeiro caso, “ela usa blusas diferentes”, confeccionadas por matérias distintas. No segundo caso, é cabível a interpretação anterior, mas existe, ainda, a possibilidade de que o material das blusas seja misto. Admitida essa interpretação, não se temo segundo período como soma das orações do período anterior; no terceiro exemplo, só é cabível também a interpretação de que o material das blusas seja misto. Essa exemplificação é bem detalhada por Carone. (18) Enfatizamos esse aspecto, pois, a nosso ver, está implícito em um dos ensinamentos da gramática tradicional sobre concordância esse entendimento de que termos compostos resultariam da soma de mais de uma oração, e, mesmo assim considerando, é possível a detecção de ambigüidades. Vejamos:

(a) Comprei uma moto veloz. / Comprei um carro veloz.

(b) Comprei uma moto e um carro veloz.

A gramática tradicional entende que o adjetivo posposto a diferentes substantivos pode concordar, por atração, com o último, numa leitura que, como dissemos, referenda a hipótese das orações subjacentes ao termo composto. Não poderia, entretanto, (b) resultar da junção de (c) Comprei uma moto com (d) Comprei um carro veloz? Pensamos que sim... Afinal, em Comprei uma moto e um carro conversível o adjetivo só se refere ao segundo substantivo. Admitida essa hipótese, (b) seria uma frase ambígua.

O leque das adverbiais

As gramáticas listam nove subclasses de advérbios, citam exemplos e formulam exercícios de reconhecimento das orações. Torna-se, facilmente, notório que a grade terminológica das advérbios não contempla grande número de relações semânticas estabelecidas por esse tipo de oração. Basta que se observe a dissonância entre a lista imensa de adjuntos advérbios normalmente citados pelas gramáticas em contraste com o rol de orações. Criamos, a seguir, pequeno “corpus” de orações advérbias não contempladas pela Nomenclatura e apresentamos uma classificação semântica:

Onde moro não há energia elétrica. (locativa)

Ele concordou conosco sem dizer qualquer palavra. (modal)

Os Estados Unidos vão atacar com quantos mísseis tiverem (instrumento)

Só podemos sair com quem conhecemos. (companhia)

Viviam de pedir esmolas. (meio)

Além de cuidar dos filhos e da casa, ela ainda faz faculdade. (acréscimo)

Nada faziam, a não ser malandrar! (exceção) Enquanto teve saúde, batalhava quanto podia. (intensidade)

Improvizou um telhado com quanto zinco havia. (matéria)

Vendo-lhe este computador por quanto me custou. (preço)

Orações subordinadas adjetivas

No enfoque sobre orações adjetivas, os gramáticos normalmente enfatizam que as restritivas têm um papel delimitador, particularizador do termo a que se referem enquanto que as explicativas realçam o termo anterior atribuindo-lhe algo que lhe é próprio. Do enfoque tradicional aprende-se que as restritivas são indispensáveis, o que as contrasta com as orações de caráter explicativo. Ilari, em instigante artigo, conduz uma reflexão interessante sobre o assunto, permitindo-nos ver o problema sob outros ângulos.

A questão dos rótulos dispensável/indispensável precisaria ser revista tecnicamente. Assim, por exemplo, em Juliano, que estudou muito durante todo o ano, foi reprovado, não se pode dizer que seja dispensável a oração adjetiva explicativa, com valor concessivo agregado. A oração pode até ser dispensável no sentido de que apresenta uma característica essencial, um epíteto do antecedente, mas o enunciador não prescinde dele, porque pretende estabelecer uma oposição.

Para Ilari, “os nomes próprios típicos [...] são completamente auto-suficientes para indicar indivíduos ou objetos; são naturalmente ‘expressões referenciais’; quando lhes apresentamos uma oração adjetiva, não obtemos uma identificação mais específica.” (19) Vale dizer que a oração adjetiva que se junta ao nome próprio não o distingue de um conjunto de indivíduos. Assim, em Pelé, que é o rei do futebol, esteve ministro dos Esportes, não há um Pelé rei que o distinga do ministro. Com os nomes comuns a oração adjetiva vai distingui-los de um universo do qual fazem parte. Assim, em O brasileiro que vive de salário passa por dificuldade, a oração adjetiva denuncia que no conjunto dos brasileiros só os que vivem de salário passam por dificuldade. Por outro lado, contudo, se todos os brasileiros vivessem de salário (situação que não nos parece fictícia!), o substantivo comum passaria a se comportar como próprio e a oração seguinte não o individualizaria, sendo, portanto, explicativa, e separável por vírgula. Uma paráfrase possível seria: “João, Vicente, Manuel (coordenação que teoricamente poderia englobar todos os brasileiros), que vivem de salário, passam por dificuldades.” A oração adjetiva, como se vê, não estaria discriminando alguns em um dado grupo, mas reproduzindo o próprio grupo.

Ilari não aborda a questão sob este ângulo, mas somos inclinados a dizer que a situação inversa é também possível: o nome próprio pode, quando antecedido de artigo, funcionar como comum e ser determinado por uma oração adjetiva de caráter restritivo. No período O Roberto que nos deu aulas não é este filólogo de que falo, a oração adjetiva distingue o antecedente de um grupo de pessoas com o mesmo nome. Vamos, então, propor dois exercícios de sintaxe levando-se em conta a reflexão apresentada.

“Luciano que é muito auto-suficiente não procurou o professor a fim de esclarecer as dúvidas.” Nesse enunciado, a oração adjetiva deve ser virgulada? Trata-se de uma oração dispensável semanticamente? Fundamente sua resposta. (Comentário: Espera-se que a resposta seja afirmativa. Há que se levar em conta que a oração adjetiva referente a um nome próprio não o distingue de um grupo de indivíduos; apesar disso, não se trata de uma oração dispensável sob o ponto de vista semântico, pois apresenta um valor nitidamente causal.)

Disserte sobre situações em que os enunciados abaixo poderiam ser produzidos. (a) “As manchetes que comentam a queda da inflação são muito tendenciosas.” (b) “As manchetes, que comentam a queda da inflação, são muito tendenciosas.”

(Comentário: No primeiro caso, a oração adjetiva, de caráter restritivo, refere-se ao substantivo comum manchetes e as distingue de um grupo; este enunciado poderia ser utilizado numa situação em que se falasse de manchetes tendenciosas e se pretendesse deixar claro que a tendenciosidade é marca daquelas que comentam a inflação, não de todas elas; na segunda situação, manchetes funciona como um substantivo próprio e a oração adjetiva funciona como algo que lhe é inerente. O enunciado seria produzido em uma situação em que todas as manchetes de um determinado dia, por exemplo, comentassem a inflação e fossem tendenciosas. Parafraseando b, teoricamente poder-se-ia substituir o sujeito da oração principal pelos próprios textos das manchetes).

Conclusão

Parece não haver mais dúvida de que o ensino de Sintaxe não pode se resumir à prática metalingüística de analisar termos e orações. A pedagogia no âmbito da Sintaxe haverá de propiciar, sobretudo, uma reflexão sobre os fatos da língua. Em alguns momentos deste estudo, propusemos exercícios que têm essa finalidade. Ao professor de Sintaxe, portanto, compete inteirar-se das teorias gramaticais ortodoxas e confrontá-las com teorizações modernas, ensejando, de acordo com o nível de seus alunos, atividades de reflexão sobre a língua. Sob esse sentido, a gramática tradicional, poderá se constituir num instigante texto-base.

Referências bibliográficas

AZEREDO, José Carlos de. Iniciação à sintaxe do português. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

CARONE, Flávia de Barros. Subordinação e coordenação; confrontos e contrastes. São Paulo: Ática, 1988.

_____. Morfossintaxe. São Paulo: Ática, 1986.

DUBOIS, Jean et al. Dicionário de lingüística. São Paulo: Cultrix, 1978.

ILARI, Rodolfo. A lingüística e o ensino da língua portuguesa. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

MACAMBIRA, José Rebouças. A estrutura morfo-sintática do português. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1982.

MATEUS, M. H. Mira et al. Gramática da língua portuguesa. Coimbra: Almedina, 1983.

PERINI, Mário. Para uma nova gramática do português. São Paulo: Ática, 1985.

SAVIOLI, Francisco Platão. Gramática em 44 lições. 13. ed. São Paulo : Ática: 1997.

*** Walter Rossignoli é licenciado e pós-graduado em Letras. Mora em Juiz de Fora-MG.**

(1) AZEREDO, José Carlos de. Iniciação à sintaxe do português. p. 13.

(2) AZEREDO, José Carlos de. Op. cit. p. 16.

(3) Id. ibid. p. 17.

(4) MATEUS, M. H. Mira et al. Gramática da língua portuguesa. p. 276.

(5) PERINI, Mário A. Para uma nova gramática do português. p. 17.

(6) AZEREDO, José Carlos de. Op. cit. p. 25.

(7) Anotações formuladas a partir de aulas de José Carlos de Azeredo no CES/JF.

(8) CARONE, Flávia de Barros. Morfossintaxe. p. 73.

(9) AZEREDO, José Carlos de. Op. cit. p. 52.

(10) AZEREDO, José Carlos de. Op. cit. p. 80.

- (11) Anotações formuladas a partir de aulas de José Carlos de Azeredo no CES/JF.
- (12) SAVIOLI, Francisco Platão. Gramática em 44 lições. p. 45.
- (13) Anotações formuladas a partir de aulas de José Carlos de Azeredo no CES/JF.
- (14) CARONE, Flávia de Barros. Coordenação e subordinação; confrontos e contrastes, p. 58.
- (15) TESNIÈRE, Lucien apud CARONE, Flávia de Barros. Op. cit. p. 33.
- (16) CARONE, Flávia de Barros. Coordenação e subordinação; confrontos e contrastes. p. 35.
- (17) Id. ibid. p. 37.
- (18) Id. ibid. p. 39.
- (19) ILARI, Rodolfo. Argumentação sintática e gramática escolar. In: _____. A lingüística e o ensino da língua portuguesa. p. 21.

O texto foi colhido no site

<http://www.portrasdasletras.com.br/pdtl2/sub.php?op=artigos/index>
ou

<http://www.portrasdasletras.com.br/pdtl2/> (ver artigos/ensaios)
cuja consulta a coordenação acadêmica do ARRTE recomenda.